

BM PAR EMPREENDIMENTOS
S/A

SUMÁRIO

<u>BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS</u>	4
<u>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS</u>	6
<u>DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS</u>	7
<u>DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS</u>	8
<u>ÍNDICES E INDICADORES FINANCEIROS DO EXERCÍCIOS</u>	9
<u>NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS</u>	12
<u>1. INFORMAÇÕES GERAIS</u>	12
<u>2. BASE DE ELABORAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS</u>	14
<u>3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</u>	24
<u>4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS</u>	25
<u>5. ESTOQUES</u>	25
<u>6. OUTROS CRÉDITOS</u>	26
<u>7. INVESTIMENTOS</u>	26
<u>8. IMOBILIZADO, INTANGÍVEL E PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO</u>	26
<u>9. CONTAS A PAGAR</u>	27
<u>10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS</u>	28
<u>11. PASSIVO DIFERIDO</u>	28
<u>12. TRANSAÇÃO ENTRE PARTES RELACIONADAS</u>	28
<u>13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	29
<u>14. LUCRO BRUTO</u>	30
<u>15. DESPESAS COM VENDAS</u>	31
<u>16. DESPESAS ADMINISTRATIVAS</u>	31
<u>17. OUTRAS DESPESAS / RECEITAS</u>	32
<u>18. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS</u>	33

BM PAR EMPREENDIMENTOS S/A
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em Reais)

BM PAR EMPREENDIMENTOS S/A

08.451.238/0001-45

Balanço Patrimonial do exercício 2021 de 01/01/2021 a 31/12/2021



Ativo	Notas	31/12/2021	31/12/2020	AH
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	3	8.085.899	202.548	3892%
Contas a receber e outros recebíveis		-	-	
Contas a receber e outros recebíveis com Partes Relacionadas		-	-	
Estoques	5	223.766.665	126.987.919	76%
Adiantamentos e Despesas Antecipadas	6	72.016	385	18591%
Tributos a Recuperar		-	-	
Contratos Conta Corrente com Partes Relacionadas		-	-	
Empréstimos / Mútuos com Partes Relacionadas		-	-	
Empréstimos entre Terceiros		-	-	
Outros Créditos Circulantes	6	186.260	-	
		232.110.840	127.190.853	82%
Não circulante				
Realizável a Longo Prazo		11.191.844	11.191.844	0%
Clientes e Outros Recebíveis		-	-	
Contratos Conta Corrente com Partes Relacionadas - ANC		-	-	
Empréstimos / Mútuos com Partes Relacionadas		-	-	
Empréstimos com Terceiros	6	11.191.844	11.191.844	0%
Despesas a apropriar		-	-	
Tributos Diferidos Ativo Não Circulante		-	-	
Outros Créditos Não Circulantes		-	-	
Investimentos	7	767.498	-	
Imobilizado	8	84.005	84.208	0%
Intangível	8	16.447	14.707	12%
		12.059.794	11.290.759	7%
Total do Ativo		244.170.634	138.481.612	76%

BM PAR EMPREENDIMENTOS S/A
Balanco Patrimonial do exercício 2021 de 01/01/2021 a 31/12/2021

Passivo e Patrimônio Líquido	Notas	31/12/2021	31/12/2020	AH
Circulante				
Fornecedores e outras contas a pagar	9	8.789.292	475.861	1747%
Fornecedores e outras contas a pagar com Partes Relacionadas		-	-	
Obrigações Trabalhistas, Sociais e Tributárias	9	306.348	16.774	1726%
Parcelamentos	9	258.010	380.781	-32%
Provisões		-	-	
Obrigações com Clientes		-	-	
Empréstimos e Financiamentos	10	13.386.301	-	
Contratos Conta Corrente com Partes Relacionadas - PC		-	-	
Empréstimos /Mútuos com Partes Relacionadas - PC		-	-	
Empréstimos / Mútuos com Terceiros	10	150.000	-	
Dividendos a pagar - PC		-	-	
Outras Obrigações Circulantes		-	-	
		22.889.951	873.416	2521%
Não circulante				
Empréstimos e Financiamentos Longo Prazo	10	64.772.941	15.735.793	312%
Contratos Conta Corrente com Partes Relacionadas PNC		-	-	
Empréstimos /Mútuos com Partes Relacionadas PNC	12	7.697.760	50.870	15032%
Empréstimos / Mútuos Terceiros	10	850.000	-	
Parcelamentos Longo Prazo	9	559.022	587.631	-5%
Adiantamento de Clientes	9	12.700.000	12.700.000	0%
Obrigações por Aquisições de Cotas	9	767.498	-	
Tributos Diferidos Passivo Não Circulante	11.1	85.661	-	
Resultados Diferidos		-	-	
Provisões Longo Prazo		-	-	
Dividendos a pagar - PNC		-	-	
Outras Obrigações Não Circulantes		-	-	
		87.432.883	29.074.295	201%
Total do Passivo		110.322.834	29.947.710	268%
Patrimônio líquido				
Capital Social	13.1	53.569.839	33.769.839	59%
Participações de Não Controladores	13.1	1	1	0%
(-) Capital a Integralizar	13.1	(10.000.000)	-	
(-) Capital a Integralizar (Não Controladoras)		-	-	
Reservas	13.2	90.277.960	74.763.358	21%
AFAC		-	-	
Resultados Acumulados	13.2	-	703	-100%
Resultado do Período		-	-	
Ajuste de Avaliação Patrimonial		-	-	
(-) Distribuição de Lucros do Período		-	-	
Total do Patrimônio Líquido		133.847.800	108.533.901	23%
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		244.170.634	138.481.612	76%

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em Reais)

BM PAR EMPREENDIMENTOS S/A

08.451.238/0001-45



Demonstração do Resultado do exercício 2021 de 01/01/2021 a 31/12/2021

Demonstração de Resultado	Notas	31/12/2021	31/12/2020	AH
Operações Continuadas				
Receitas de Vendas e Serviços	14	17.342.380	74.675.845	-77%
Receitas de Vendas e Serviços com Partes Relacionadas		-	-	
Receitas Operacionais Financeiras		-	-	
Custo das Vendas e Serviços		-	-	
Custo das Vendas e Serviços com Partes Relacionadas		-	-	
Lucro Bruto		17.342.380	74.675.845	-77%
Margem Bruta		100%	100%	
Despesas Administrativas	16	(95.669)	(233.163)	-59%
Despesas com Vendas	15	(1.933.957)	(657.038)	194%
Despesas Tributárias	17	(745)	(9.554)	-92%
Dívidos Recebidos		-	-	
Resultado de Equivalência Patrimonial	17	(182.502)	-	
Ajuste Societário		-	-	
Resultado de Liquidação de SCP / SPE		-	-	
Outros Ganhos (perdas) Líquidas	17	222.299	-	
Total		15.351.805	73.776.090	-79%
Ebtida		15.534.308	73.776.090	-79%
Depreciação/Amortização	8	(7.885)	(5.489)	44%
Lucro Operacional		15.343.920	73.770.600	-79%
Despesas financeiras	18	(304.707)	(92.095)	231%
Receitas financeiras	18	807.034	(78.748)	-1125%
Resultado Financeiro Líquido		502.328	(170.843)	-394%
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		15.846.248	73.599.757	-78%
Imposto de Renda e Contribuição Social	17	(332.349)	(1.917)	17234%
Lucro do exercício das operações continuadas		15.513.899	73.597.840	-79%
Operações Descontinuadas				
Lucro do exercício de Operações Descontinuadas		-	-	
Lucro Líquido do exercício		15.513.899	73.597.840	-79%
Ações / Quotas em circulação no final do exercício		53.569.840	29.234.840	83%
Lucro por lote de mil ações/quotas		0,29	2,52	-88%

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em Reais)

BM PAR EMPREENDIMENTOS S/A

08.451.238/0001-45

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido do exercício 2021 de 01/01/2021 a 31/12/2021



	Notas	Capital Social	Capital Social (Não Controladas)	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas	Resultados Acumulados	Patrimônio Líquido
Saldo Final em 01/01/2020		32.969.839	1	-	1.160.124	703	34.130.668
Capital Social	13.1	800.000	-	-	-	-	800.000
Capital Social (Não Controladoras)		-	-	-	-	-	-
(-) Capital a Integralizar		-	-	-	-	-	-
(-) Capital a Integralizar (Não Controladoras)		-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	13.2	-	-	-	-	73.597.840	73.597.840
Dividendos pagos		-	-	-	-	-	-
Dividendos a pagar		-	-	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação patrimonial		-	-	-	-	-	-
Proteção Cambial		-	-	-	-	-	-
Transferências de Reservas	13.2	-	-	-	73.603.937	(73.598.543)	5.394
Saldo Final em 31/12/2020		33.769.839	1	-	74.764.061	-	108.533.901
Capital Social	13.1	19.800.000	-	-	-	-	19.800.000
Capital Social (Não Controladoras)		-	-	-	-	-	-
(-) Capital a Integralizar	13.1	(10.000.000)	-	-	-	-	(10.000.000)
(-) Capital a Integralizar (Não Controladoras)		-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	13.2	-	-	-	-	15.513.899	15.513.899
Dividendos pagos		-	-	-	-	-	-
Dividendos a pagar		-	-	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação patrimonial		-	-	-	-	-	-
Proteção Cambial		-	-	-	-	-	-
Transferências de Reservas	13.2	-	-	-	15.513.899	(15.513.899)	-
Saldo Final em 31/12/2021		43.569.839	1	-	90.277.960	-	133.847.800

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em Reais)

BM PAR EMPREENDIMENTOS S/A

08.451.238/0001-45



Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício 2021 de 01/01/2021 a 31/12/2021

	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo das Atividades Operacionais			
Lucro Líquido do Exercício		15.513.899	73.597.840
Ajustes por:			
(+) Depreciação e Amortização	8	7.885	5.489
(+) Ajuste Equivalência Patrimonial	17	182.502	-
Lucro Ajustado		15.704.286	73.603.329
Varição do Contas Receber		-	-
Varição do Estoque	5	(96.778.746)	(93.310.976)
Varição de Tributos a Recuperar	6	-	795
Varição de Contas Adiant. e Outros Creditos	6	(257.891)	(300)
Varição de Fornecedores	9	8.313.431	475.605
Varição de Obrigações Sociais e Tributárias	9	223.856	978.068
Varição de Obrigações com Clientes		-	-
Varição de Outros Passivos	9	767.498	(5.394)
Varição Perda (Ganho) na Variação Cambial)			
Varição do Ativos e Passivos		(87.731.851)	(91.862.202)
Caixa Atividades Operacionais		(72.027.565)	(18.258.873)
Fluxo das Atividades de Investimentos			
Variações de Ativo Imobilizado / Intangível	8	(9.423)	(78.106)
Aumento de Capital	13.1	9.800.000	800.000
Variações de Investimentos	13.2	(950.000)	6.097
Caixa Atividades de Investimentos		8.840.577	727.991
Fluxo das Atividades de Financiamentos			
Empréstimos Passivos	10 e 12	71.070.338	15.786.664
Empréstimos Ativos	6	-	(286)
Distribuição de Dividendos		-	-
Caixa Atividades de Financiamentos		71.070.338	15.786.378
Aumento (Redução) no Caixa e Equivalentes		7.883.351	(1.744.504)
Caixa + Equivalentes Iniciais	3	202.548	1.947.053
Caixa + Equivalentes Finais	3	8.085.899	202.548

ÍNDICES E INDICADORES FINANCEIROS DO EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em Reais)

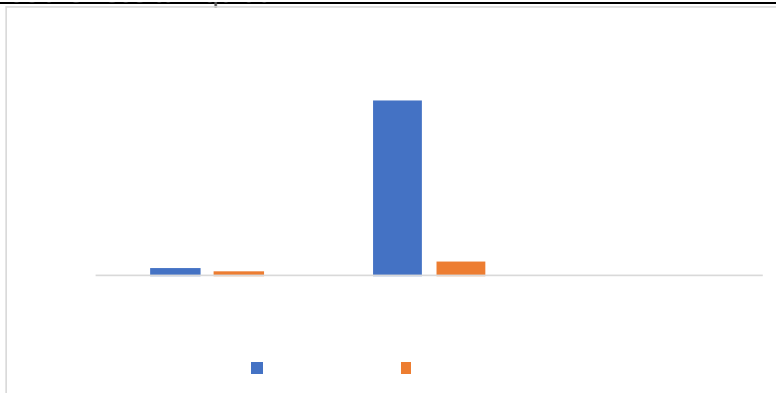
BM PAR EMPREENDIMENTOS S/A

08.451.238/0001-45

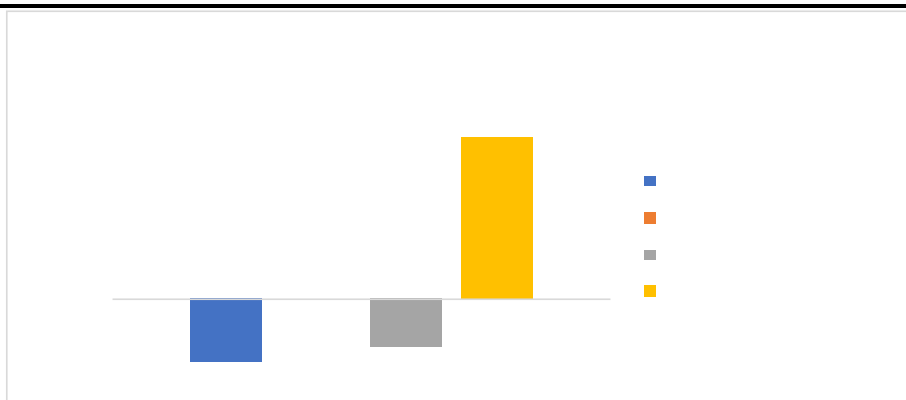


Índices e Indicadores Financeiros do exercício de 01/01/2021 a 31/12/2021



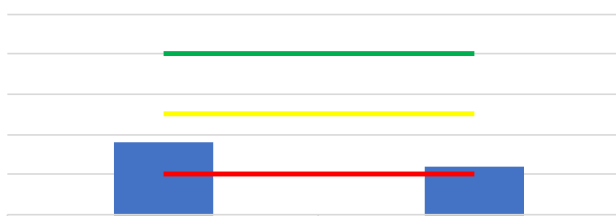


Este indicador demonstra em percentual, o consumo das Despesas Comerciais, Despesas com Vendas e Custo das Vendas e Serviços em relação à Receita Líquida Atual.



Análise Horizontal, indica o percentual de variação dos Receitas, Custos e Despesas atuais, em relação ao mesmo período do exercício anterior.

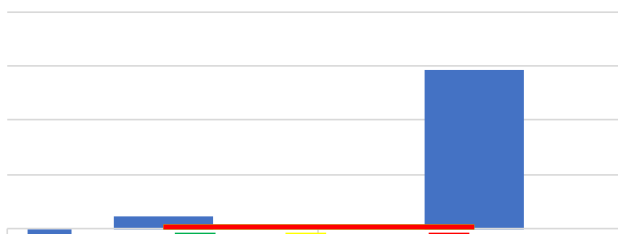
ÍNDICE DE LÍQUIDEZ IMEDIATA



Índice conservador, considera apenas caixa, saldos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata para quitar as obrigações. Excluindo-se além dos estoques as contas e valores a receber. Um índice de grande importância para análise da situação a curto prazo da empresa. Para todos os índices de Liquidez, a leitura do mesmo é analisada pela capacidade do Ativo (Bens e Direitos) cobrir o Passivo (Obrigações), de forma em que demonstre a quantidade de vezes que seu Ativo seja superior ou inferior ao Passivo. O desejável é que seus Ativos sejam maior que 1,35 pois significa que há folga para cobrir as obrigações. O que modifica o critério, é ser mais ou menos conservador, com que está sendo comprometido para honrar com as obrigações.

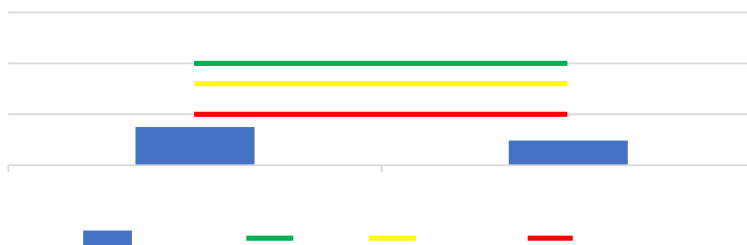
Maior que 1: Resultado que demonstra folga no disponível para liquidação das obrigações. Se igual a 1: Os valores dos direitos e obrigações a curto prazo são equivalentes. Se menor que 1: Não haveria disponibilidade suficientes para quitar as obrigações a curto prazo, caso fosse preciso.

ÍNDICE DE LÍQUIDEZ CORRENTE



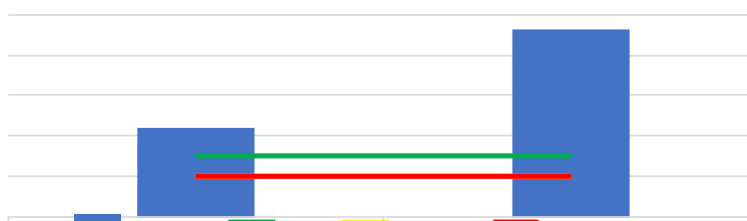
Índice bem menos conservador que a a Liquidez Imediata, pois compromete todo o Ativo Circulante.

ÍNDICE DE LÍQUIDEZ SECA



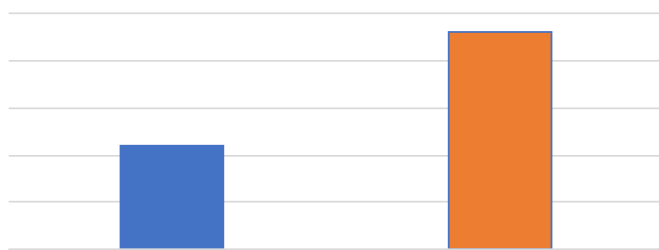
Similar a Liquidez Corrente, a Liquidez Seca exclui do cálculo acima apenas os estoques, por não apresentarem liquidez compatível com o grupo patrimonial onde estão inseridos. O resultado deste índice será invariavelmente menor ao de liquidez corrente, sendo cauteloso com relação ao estoque para a liquidação de obrigações.

ÍNDICE DE LÍQUIDEZ GERAL



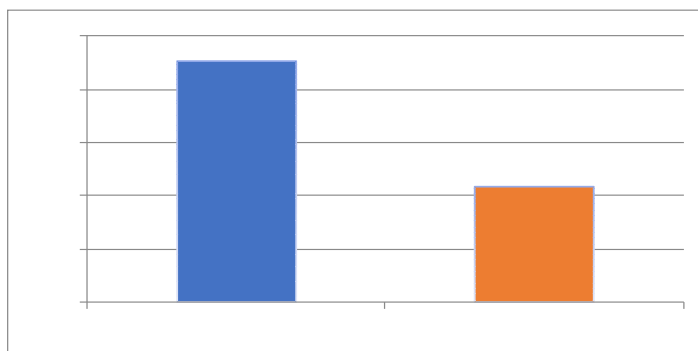
Este índice leva em consideração a situação a longo prazo da empresa, incluindo no cálculo os direitos e obrigações a longo prazo.

ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL



Expressa o grau de garantia que a empresa dispõe em Ativos (totais), para pagamento do total de suas dívidas.

ENDIVIDAMENTO TOTAL



Indica em percentual, o quanto a empresa financia do seu ativo, com capital de terceiros

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A **BM PAR EMPREENDIMENTOS S/A** é uma Sociedade Anônima Fechada, foi constituída em 14/11/2006, registrada na JUCERGS sob o NIRE 43205810743 e com inscrição no CNPJ sob o nº 08.451.238/0001-45, tendo como objetivo principal a incorporação de empreendimentos imobiliários.

1.1. INFORMAÇÃO DO SEGUIMENTO

a) Critério de identificação dos segmentos operacionais.

A companhia definiu a segmentação de sua estrutura operacional levando em consideração a forma com a qual a Administração gerencia o negócio.

Os segmentos operacionais apresentados nas demonstrações contábeis são demonstrados a seguir:

- (i) Incorporação de empreendimentos imobiliários;
- (ii) Construção de edifícios;
- (iii) Estacionamento de veículos;
- (iv) Holdings de instituições não-financeiras;
- (v) Aluguel de imóveis próprios;
- (vi) Corretagem no aluguel de imóveis;
- (vii) Gestão e administração da propriedade imobiliária;
- (viii) Agenciamento de espaços para publicidade, exceto em veículos de comunicação;
- (ix) Outras atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente.

b) Informações gerais

Reflexos Externos

Os anos de 2020 e 2021 foram inusitados para os negócios, a pandemia no Brasil e no mundo por causa do COVID-19, trouxe uma nova realidade as companhias, de forma abrupta os negócios

passaram a lidar com um novo normal, redução de jornadas, trabalho home office, atestados e consequentemente muitas ausências de funcionários durante determinados períodos, fechamento de companhias, aumento do desemprego, suspensão de contratos, inflação, aumento de juros, entre outros.

Visando priorizar a saúde e segurança dos nossos colaboradores, familiares e parceiros, todas as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde foram seguidas e nossos funcionários administrativos puderam adotar o regime de trabalho em home office, o que contribuiu para desencadear alguns fatores positivos e outros negativos.

Para os colaboradores de obras (próprios e terceiros), foram adotadas iniciativas e medidas preventivas para garantir a segurança, como: afastamento de colaboradores classificados como grupo de risco e/ou que apresentam sintomas do COVID-19, distribuição de máscaras, aferição de temperatura, comunicação de boas práticas de comportamento e higiene, e etc.

As expectativas que existiam no início de 2020 e estenderem por todo 2021, devido à crise sanitária e consequentemente econômica, ambas causadas pela pandemia da COVID-19, iniciada publicamente em 03/2020.

Os eventos e condições gerados pela disseminação do COVID-19 e pelas medidas rigorosas implementadas para conter e/ou retardar a propagação do vírus, resultaram em níveis de incertezas e riscos que as companhias nunca enfrentaram antes e podem resultar em implicações significativas nas Demonstrações Contábeis, na indústria da construção civil não houve fechamento ou impossibilidades de exercer a atividade, porém teve-se outras consequências.

Depois de muitas incertezas e volatilidade durante o exercício de 2021, em especial no final segundo trimestre, determinados setores da economia tiveram impactos de menor relevância, ou por incentivos governamentais, ou pela sua relevância para a população como o setor supermercadista, atacadista por exemplo.

A expectativa no início de 2021 era de melhora, porém tivemos em 2020 uma inflação de 10,74% e em 2021 de 10,06%, assim como o reflexo no CUB, em 2020 9,10% e em 2021 16,69%, porém não foram suficientes para acompanhar os preços dos insumos que passaram em muito esse percentual, isso devido a falta de insumos para produção industrial, ou seja, o índices utilizados pelo setor não supriram o aumento dos preços.

Importante evidenciar que mesmo o governo agindo de forma rápida na concessão de benefícios a

peças físicas e jurídicas, postergação de prazo para pagamento de tributos , postergação na entrega de obrigações acessórias, créditos a empresas , suspensão de IOF , entre outros, o setor ainda assim teve inúmeros impactos.

As normas internacionais de contabilidade obrigam a divulgação de situações que afetarão a mensuração, o reconhecimento e divulgação de ativos e passivos, receitas e despesas, como a pandemia da COVID-19.

Com a pandemia um dos impactos gerados no dia a dia das companhias, é o risco de não recebimento de créditos, acarretando no aumento da estimativa de perda esperada que quando evidenciada foi reconhecida nas demonstrações contábeis, no setor imobiliário a recuperação se deu rápido e as vendas não pararam durante toda a pandemia, acredita-se que devido a redução de outras possibilidade de consumo e juros baixo os consumidores voltaram a aplicar seus recursos em imóveis.

Por fim, no final de 2021 iniciou-se uma ameaça de guerra na Ucrânia, o que em 2022 impactará não só na escassez mas no aumento de preços de insumos e produtos no Brasil e no mundo, além do aumento da inflação, fator esse que impacta diretamente em todos os setores, cada um com efeitos distintos.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade e bases de elaboração das demonstrações contábeis.

a) As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos e nas orientações e nas interpretações emitidas pelo CPC e pelo CFC. As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme o NBCTG 26 R1 Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução 1154/2009 R1.

A administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e que correspondem as utilizadas por ela na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram, elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos em alguns casos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 20 de maio de 2022.

Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações contábeis.

Mudanças e detalhes das principais políticas contábeis estão descritas na Nota explicativa 2.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2.Principais políticas contábeis, julgamentos, estimativas e premissas significativas

As preparações das demonstrações contábeis estão de acordo com os CPCs e as Resoluções do CFC exige que a Administração faça julgamentos e utilize premissas, a fim de estimar e determinar os valores de certos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir significativamente dessas estimativas.

As principais incertezas, premissas e estimativas estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: custo orçado das obras em andamento, vida útil do ativo imobilizado, provisões cíveis, e projeções para realização de tributos diferidos ativos ou passivos entre outros.

Estimativas e premissas são revisadas de maneira contínua. O impacto de tais revisões é reconhecido no resultado do exercício em que são efetuadas, conforme dispõe a seção 10 da Resolução 1255/2009 R1.

(a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais (R\$), que também é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação.

(b) Características qualitativas das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância do regime de competência e dentro das exigências da NBC TG Estrutura Conceitual, Resolução CFC nº 1374/2011, conforme a seguir:

Características qualitativas fundamentais:

Relevância: Foram consideradas como relevantes as informações capazes de fazer diferença nas decisões por parte dos usuários das demonstrações contábeis;

Representação Fidedigna: As informações contábeis foram consideradas fidedignas quando representavam com fidedignidade o fenômeno que estavam por representar, sendo completa, neutra e livre de erro e ainda retratando essencialmente a realidade econômica dos fatos

contábeis.

Características qualitativas de melhoria:

Comparabilidade: Todas as demonstrações, bem como os quadros ilustrativos em notas explicativas foram produzidas com saldos de dois anos consecutivos, sendo o exercício encerrado (2021) e o imediatamente anterior (2020). O elenco de contas também foi produzido dentro do que recomendam as normas brasileiras de contabilidade já convergidas às normas internacionais (IFRS) para assim propiciar a comparabilidade com outras companhias no mercado;

Verificabilidade: Embora muitos valores apresentados nas demonstrações contábeis sejam baseados em estimativas, estes se prestam a verificabilidade de diferentes observadores, cômicos e independentes sendo possível chegar a um consenso, embora não necessariamente a um completo acordo, conforme determinada a Resolução CFC nº 1374/2011, QC26;

Tempestividade: Tomou-se cuidado especial para sempre produzir as informações contábeis dentro do tempo de decisão.

Compreensibilidade: Os relatórios e demonstrações contábeis foram elaborados visando atender usuários com razoável conhecimento de negócios e de atividade econômica e que analisem a informação diligentemente

Continuidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Cia. de dar continuidade as suas atividades durante a elaboração das demonstrações contábeis. A Cia. está adimplente em relação às cláusulas de dívidas na data da emissão dessas demonstrações contábeis e a Administração não identificou nenhuma incerteza relevante sobre a capacidade da Cia. de dar continuidade as suas atividades nos próximos 12 meses.

(c) As principais práticas e estimativas contábeis adotadas pela Companhia são:

(c.1) Apuração do resultado de Incorporação Imobiliária, venda de Imóveis e outras

São observados os procedimentos e as normas estabelecidas pelas Resoluções CFC no 1154/09 R1 e os pronunciamentos técnicos CPCs 12 - Ajuste a Valor Presente, e as orientações técnicas OCPCs 01(R1) - Entidades de Incorporação Imobiliária e 04 - Aplicação da Interpretação Técnica ICPC 02 às Entidades de Incorporação Brasileiras e Resolução 1255/2009 R1.

Receitas da atividade de venda de unidades

As receitas de vendas de unidades em construção são apropriadas ao resultado utilizando o método do percentual de conclusão de cada empreendimento, sendo esse percentual mensurado em razão do custo incorrido em relação ao custo total orçado dos respectivos empreendimentos.

Os custos incorridos são apropriados para o resultado de acordo para as unidades vendidas e de acordo com a fração ideal ou metro quadrado as unidades até a data do fechamento.

O custo orçado é revisado periodicamente, e pode ocasionar alterações nas estimativas contabilizadas, todas amplamente justificadas tecnicamente pela engenharia. O efeito de tais revisões afeta o resultado prospectivamente, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativas e Retificações de Erros e Seção 10 da Resolução 1255/2009 R1.

(c.2) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo de aquisição. O custo das obras em andamento é representado pela aquisição de terrenos, insumos destinados a execução do empreendimento, projetos entre outros, conforme Resolução CFC nº 1154/2009 R1, item 2.

Formação do custo

Os imóveis prontos a comercializar, e os em construção, são demonstrados ao custo de formação, que não excede o seu valor líquido realizável.

O valor realizável líquido é o preço de venda estimado, deduzidos os custos para finalizar o empreendimento (se aplicável), as despesas de vendas e os tributos. Os custos são controlados no grupo transitório durante todo o empreendimento e apropriados ao estoque e ao resultado de acordo com as unidades vendidas e não vendidas.

O custo de formação compreende o custo para aquisição do terreno, gastos necessários para aprovação do empreendimento com as autoridades governamentais, gastos com incorporação, gastos de construção relacionados com materiais, mão de obra (própria ou contratada de terceiros) e outros custos de construção relacionados, e compreende também o custo financeiro incorrido durante o período de construção, até a finalização da obra.

A classificação dos terrenos para futuras incorporações entre o ativo circulante e o não circulante é realizada mediante a expectativa de prazo para o lançamento dos empreendimentos imobiliários,

revisada periodicamente pela Administração. Os imóveis em construção e imóveis concluídos são classificados no ativo circulante, tendo em vista a sua disponibilidade para venda;

Capitalização de encargos financeiros

Os juros dos empréstimos, financiamentos, certificados de recebíveis e debêntures, identificados diretamente aos empreendimentos imobiliários, são qualificados a serem capitalizados como custo dos imóveis a comercializar na ocorrência dos seguintes fatos: (i) que as atividades necessárias para a construção ou para preparar o imóvel para comercialização estejam em progresso; e (ii) que os custos com empréstimos, financiamentos, certificados de recebíveis e debêntures estejam sendo incorridos.

Os encargos financeiros capitalizados e mantidos nos estoques de imóveis a comercializar são calculados proporcionalmente às unidades imobiliárias não comercializadas, sendo os encargos financeiros calculados proporcionalmente às unidades imobiliárias já comercializadas integralmente apropriadas ao resultado, como custo das unidades imobiliárias vendidas em conta específica.

(c.3) Caixa e equivalentes de caixa

Nessa categoria estão os montantes de caixa, fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras, que são representadas por investimentos temporários de liquidez imediata (até 90 dias), registrados ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios, com riscos insignificantes de mudança em seu valor de mercado ou de realização.

(c.4) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários recebem a classificação de “empréstimos e recebíveis” e estão demonstrados ao custo amortizado, sendo os efeitos das taxas de juros efetivas registrados na conta de resultado e apresentada na rubrica “Receitas financeiras”.

(c.5) Instrumentos Financeiros

As aplicações financeiras estão atualizadas pelas taxas pactuadas nos respectivos contratos, calculadas e apropriadas pró rata dia. Os créditos a receber estão apresentados líquidos do ajuste a valor presente, conforme determina a NBC TG 12 aprovada pela Resolução CFC nº. 1151/2009 R1, calculado sobre as parcelas das vendas a prazo, com base nas taxas de juros de mercado.

A prática contábil adotada para os instrumentos financeiros foi pautada no que determinam as: NBC TG 38 R1, NBC TG 39 R1, NBC TG 40 R1. Para os instrumentos financeiros básicos foi adotado o método do custo amortizado.

O reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, foi efetivamente realizado quando a companhia tornou-se parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro. A mensuração inicial de ativos e passivos financeiros se deu através do custo da operação, incluindo os custos de transação, com exceção dos instrumentos financeiros avaliados a valor justo por meio do resultado. Sempre que o instrumento financeiro se caracterizava como operação de financiamento os ativos e passivos foram ajustados a valor presente com base nos pagamentos futuros.

(c.6) Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros, exceto estoque

A Cia. efetuou o teste de impairment, por meio de companhia terceirizada. Conforme laudo a Cia. Não foram evidenciadas perdas no período. Estes procedimentos são revisados anualmente conforme Res. 1255/2009 R1.

(c.7) Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, tomando-se por base a vida útil estimada dos bens, conforme nota explicativa nº 08.

O reconhecimento dos itens do imobilizado se deu quando existia probabilidade de benefício econômico futuro para a companhia e o custo do item foi mensurado de maneira confiável e ainda quando a companhia assumia substancialmente os Riscos, os Benefícios e o Controle de tais ativos, dentro da primazia da essência sobre a forma.

A mensuração dos itens do imobilizado, a formação do custo, foi realizada da seguinte forma: preço de compra, incluindo os tributos não recuperáveis e todos os demais custos até o ponto do imobilizado estar em condições de uso. Os itens adquiridos através de financiamento, exceto ativos qualificáveis, foram considerados no reconhecimento inicial pelo valor presente dos pagamentos futuros ou valor justo, dos dois, o menor.

A depreciação é efetuada com base na vida útil do bem, sendo efetuada a revisão quando necessário.

A depreciação foi realizada assim que cada item do ativo imobilizado estava disponível para uso.

A depreciação é calculada com base na taxa societária, utilizando método linear e de acordo com laudo.

- Computadores e periféricos – 5 anos (20% a.a.)
- Móveis e utensílios — 10 anos (10% a.a.)

Como a companhia adotou a revisão da vida útil e, não foram reconhecidos em conta segregada a depreciação com base no método fiscal e a depreciação com base na vida útil foi ajustada em conta do ativo e da despesa pois não houve indícios de perdas. Podendo ser evidenciados de forma clara o valor de cada grupo de bens e o reflexo das normas societária aplicada ao tipo de ativo.

(c.8) Tributos sobre o lucro

Conforme facultado pela legislação tributaria, a empresa, cujo faturamento anual do exercício anterior tenha sido inferior a R\$ 78.000.000,00, optaram pelo regime de lucro presumido. Para essas sociedades, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e a da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do imposto de renda e da contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis apenas quando for provável que a Empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício, e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros propiciarão a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado ao montante que se estima recuperar. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributaria vigente no fim de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual se espera, no fim de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos. As diferenças apuradas são, preponderantemente, relacionadas às diferenças na apropriação imobiliária ao resultado, pois pela sistemática fiscal os lucros são reconhecidos pelo regime de caixa e pela sistemática contábil de acordo com a metodologia descrita na nota explicativa nº 11.1.

(c.9) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponda ao valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

(c.10) Demais Provisões

Provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), como consequência de um evento passado, uma indicação provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando é esperado que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

(c.11) Demais ativos e passivos

Os demais ativos e passivos são apresentados ao valor de custo ou de realização (ativos), ou para valores conhecidos ou calculáveis (passivos), acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos e encargos financeiros incorridos.

Classificação circulante e não circulante

A classificação entre o circulante e o não circulante é realizada com base na expectativa do lançamento dos empreendimentos imobiliários, revisada periodicamente.

(d) Conjunto de Demonstrações Contábeis

Com base na NBC TG 26 R1, Resolução CFC nº 1185/2009 a empresa elaborou as seguintes demonstrações contábeis individuais: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e Notas Explicativas.

(d.1) Determinação do Resultado

A Demonstração do Resultado foi estruturada em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade, conforme preceitua a NBC TG 26 (R1), item nº 82, iniciando a partir da Receita Líquida, sendo ainda subdivida em operações continuadas e operações descontinuadas. Foram classificadas em operações continuadas aquelas que a empresa espera que tenham continuidade pelo menos por mais doze meses da data das demonstrações contábeis, sendo que as demais operações foram classificadas como operações descontinuadas. Os ativos imobilizados alienados na abrangência destas demonstrações, para os quais os administradores da entidade manifestaram o firme propósito de reposição por outro item de mesma natureza foram classificados como operações continuadas e para os quais a entidade não tinha interesse em reposição foram classificados como operações descontinuadas.

O resultado foi apurado segundo o regime de competência onde os efeitos das operações e de outros eventos são reconhecidos quando ocorrem (e não quando são recebidos ou pagos como caixa ou equivalente de caixa) e são registrados na contabilidade e divulgados nas demonstrações contábeis dos períodos aos quais se referem. Foram ainda consideradas as legislações específicas e demais legislações aplicáveis tais como as normas brasileiras de contabilidade, editadas e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em consonância com as normas internacionais de contabilidade conhecidas como IFRS.

As receitas de vendas somente foram reconhecidas quando possível estimar de forma confiável e ainda de acordo com o estágio de execução do referido serviço, através do método da percentagem completada, e quando todas as seguintes condições foram consideradas satisfeitas: o valor da receita pode ser mensurado de forma confiável; é provável que os benefícios econômicos associados com a transação fluirão para a empresa; o estágio de execução da transação ao final do período de referência pode ser mensurado de forma confiável; os custos incorridos para a transação e os custos para completar a transação podem ser mensurados de forma confiável, tudo

em conformidade com o que determina a NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL, Resolução CFC nº. 1.374/2011 , item nº 4.47 que assim determina: “a receita deve ser reconhecida na demonstração do resultado quando resultar em aumento nos benefícios econômicos futuros relacionado com aumento de ativo ou com a diminuição de passivo, e puder ser mensurado com confiabilidade [...]”

As receitas decorrentes de aplicações financeiras foram reconhecidas através do regime de competência sempre que era provável que benefícios econômicos associados com a transação fluirão à empresa e o valor da receita pudesse ser mensurado de forma confiável. Os juros foram reconhecidos através da aplicação do método da taxa efetiva de juros.

(d.2) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido tem objetivo apresentar o resultado da empresa para um período contábil, tanto receitas e despesas, que foram reconhecidas diretamente dentro do patrimônio líquido e ainda demonstrar os efeitos das mudanças em práticas contábeis (convergências às normas internacionais de contabilidade) e correções de erros de exercícios anteriores, valores investidos pelos sócios, os lucros e outras distribuições que possam ter ocorrido durante os períodos cobertos pelas demonstrações contábeis.

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) apresenta todas as movimentações ocorridas dentro do patrimônio líquido durante os períodos cobertos por estas demonstrações contábeis e financeiras.

(d.3) Demonstração do Fluxo de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) tem a finalidade de demonstrar os fluxos de caixas e equivalentes de caixa ocorridos durante os períodos cobertos pelas demonstrações contábeis. Esta demonstração foi elaborada através do regime de caixa conforme determina a NBC TG 03 (R1), Resolução CFC nº. 1.296/2010 e está apresentada pelo método indireto de maneira a deixar transparentes os fluxos operacionais, investimentos e financiamentos da empresa.

Foram classificadas como equivalentes de caixa as aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez que são mantidas pela empresa com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos e outros fins. O tempo do curto prazo foi considerado pela empresa como sendo de até 90 dias da data do fechamento das demonstrações contábeis.

Nas atividades operacionais foram consideradas todas aquelas que visam gerar receitas à empresa de maneira constante, em especial, todas as transações que passaram pelo resultado decorrente da atividade fim da empresa.

Foram classificados como atividades de investimentos as aquisições ou alienações de ativos de longo prazo e outros investimentos não incluídos em equivalentes de caixa, em especial: pagamentos de caixa para aquisições de ativos imobilizados, ativos intangíveis e outros ativos de longo prazo; recebimentos de caixa resultantes da venda de ativo imobilizado, intangível e outros ativos de longo prazo; pagamentos para aquisição de instrumentos de dívida ou patrimoniais de outras empresas e participações societárias (exceto desembolsos referentes a títulos considerados como equivalentes de caixa ou mantidos para negociação ou venda); recebimentos de caixa resultantes da venda de instrumentos de dívida ou patrimoniais de outras empresas e participações societárias (exceto recebimentos referentes a títulos considerados como equivalentes de caixa ou mantidos para negociação ou venda); adiantamentos de caixa e empréstimos concedidos a terceiros; recebimentos de caixa por liquidação de adiantamentos e amortização de empréstimos concedidos a terceiros; pagamentos de caixa por contratos futuros, contratos a termo; recebimentos de caixa derivados de contratos futuros, contratos a termo, contratos de opção, exceto quando tais contratos forem mantidos para negociação ou venda, ou os recebimentos forem classificados como atividades de financiamento.

Foram classificados como atividades de financiamentos aquelas que resultam das alterações no tamanho e na composição do patrimônio líquido e dos empréstimos da empresa, em especial: caixa recebido pela emissão de instrumento patrimonial ou equivalente de caixa; pagamentos de caixa a investidores para adquirir ou resgatar quotas da empresa; caixa recebido por empréstimos, títulos de dívida, hipotecas e outros empréstimos de curto e longo prazos; pagamentos para amortização de empréstimo; pagamentos de caixa por um arrendatário para redução do passivo relativo a arrendamento mercantil (leasing) financeiro.

(e) Classificação circulante e não circulante

Os ativos e passivos no balanço patrimonial são classificados como circulante quando mantidos principalmente para negociação e quando se espera realizá-los dentro de 12 meses após o período de divulgação. Os demais ativos e passivos são classificados como não circulantes. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Representado por:

CAIXAS E EQUIVALENTES	2021	2020
CAIXA	250	-
BANCO CONTA MOVIMENTO	519.145	85.912
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	7.566.504	116.636
TOTAL	8.085.899	202.548

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Representado por:

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	2021	2020
B. SANTADER FUNDO	2.028.569	116.636
B. BANRISUL	5.537.934	-
TOTAL	7.566.504	116.636
CIRCULANTE	7.566.504	116.636
NÃO CIRCULANTE	-	-

Os valores são todos circulantes.

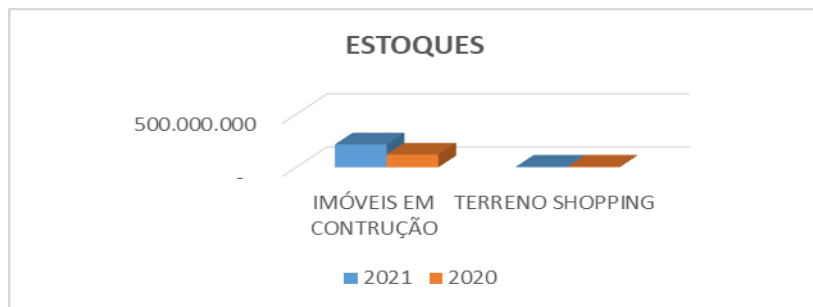
- (i) As aplicações financeiras são representadas substancialmente por Aplicações Automáticas.

5. ESTOQUES

Considerado como o custo de unidades disponíveis para venda, assim como adiantamento a fornecedores e insumos para aplicação nas obras.

Representado por:

ESTOQUES	2021	VAR	2020
IMÓVEIS EM CONTRUÇÃO	216.737.727	81%	119.958.981
TERRENO SHOPPING	7.028.938	0%	7.028.938
TOTAL	223.766.665	76%	126.987.919



6. OUTROS CRÉDITOS

Representado por:

OUTROS CRÉDITOS	2021	2020
ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS	4.031	-
ADIANTAMENTOS DIVERSOS	4.736	-
DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE	63.249	385
EMPRESTIMOS COM TERCEIROS	11.191.844	11.191.844
OUTROS CRÉDITO A RECEBER	186.260	
TOTAL	11.450.120	11.192.229
CIRCULANTE	258.276	385
NÃO CIRCULANTE	11.191.844	11.191.844

7. INVESTIMENTOS

Representado por:

CONTROLADAS		
INVESTIMENTOS	2021	2020
HRC PORTO ALEGRE	950.000	-
TOTAL	950.000	-

MOVIMENTAÇÃO INVESTIMENTOS	CONTROLADORA
SALDO EM 31/12/2019	-
SUBSCRIÇÃO/REDUÇÃO DE CAPITAL	-
EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	-
SALDO EM 31/12/2020	-
SUBSCRIÇÃO/REDUÇÃO DE CAPITAL	950.000
EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	- 182.502
SALDO EM 31/12/2021	767.498

8. IMOBILIZADO, INTANGÍVEL E PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO

A movimentação está demonstrada a seguir:

IMOBILIZADO	SALDO EM 31/12/2020	AQUISIÇÃO	DEPRECIÇÃO	SALDO EM 31/12/2021
MÓVEIS, EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES	23.000	-	- 2.465	20.535
COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	61.208	19.020	- 16.758	63.470
TOTAL	84.208	19.020	- 19.223	84.005

INTANGÍVEL	SALDO EM 31/12/2020	AQUISIÇÃO	DEPRECIÇÃO	SALDO EM 31/12/2021
SOFTWARES	14.707	5.499	- 3.759	16.447
TOTAL	14.707	5.499	- 3.759	16.447

9. CONTAS A PAGAR

Representado por:

CONTAS A PAGAR	2021	2020
FORNECEDORES DIVERSOS	8.346.283	475.861
OBRIG. SOCIAIS, TRAB. E TRIBUTÁRIAS	239.928	16.764
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS S/ O LUCRO	66.420	10
ADIANTAMENTO DE CLIENTES	12.700.000	12.700.000
PARCELAMENTO MUNICIPAL	817.033	968.412
OBRIG. INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL	767.498	-
OUTRAS CONTAS A PAGAR	443.009	-
TOTAL	23.380.170	14.161.047
CIRCULANTE	9.353.650	873.416
NÃO CIRCULANTE	14.026.520	13.287.631



10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Representado por:

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	2021	2020
EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS	78.159.242	15.735.793
EMPRESTIMOS COM TERCEIROS	1.000.000	50.870
TOTAL	79.159.242	15.786.663
CIRCULANTE	13.536.301	-
NÃO CIRCULANTE	65.622.941	15.786.663

11. PASSIVO DIFERIDO

11.1 TRIBUTOS DIFERIDOS

Representado por:

TRIBUTOS DIFERIDOS	2021	2020
IRPJ	61.398	-
CSLL	24.263	-
TOTAL	85.661	-

Os saldos a pagar e as diferenças temporárias estão assim representadas:

IMPOSTOS	2021	2020
TRIBUTOS CORRENTES	66.420	10
TRIBUTOS DIFERIDOS	85.661	-
TOTAL	152.082	10

12. TRANSAÇÃO ENTRE PARTES RELACIONADAS

A Empresa é administrada pelo sócio administrador, Sr. Saul Bof responsável legal da sócia SB Participações com 99,99% das ações da empresa.

As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:

TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS	TIPO	2021	2020
OBRIGAÇÕES A PAGAR			
SB PARTICIPAÇÕES S/A	MUTUO	7.697.760	50.870
TOTAL		7.697.760	50.870
TOTAL GERAL			
		7.697.760	50.870
CIRCULANTE			
		-	-
NÃO CIRCULANTE			
		7.697.760	50.870

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

13.1. CAPITAL SOCIAL

O capital social em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 53.569.840,00 subscritos e R\$ 43.569.840,00 integralizados, bem como o de 2020 era de R\$ 33.769.840,00 sendo representadas por 53.569.840 ações com valor nominal igual a R\$ 1,00.

Representado por:

CAPITAL SOCIAL	2021		2020	
	Nº QUOTAS	VALOR	Nº QUOTAS	VALOR
SÓCIOS				
SB PARTICIPAÇÕES S/A	53.569.839	53.569.839	33.769.839	33.769.839
ANGELO EMANOEL GOMES BOF	1	1	1	1
(-) CAPITAL A INTEGRALIZAR	-	-10.000.000	-	-
TOTAL	53.569.840	43.569.840	33.769.840	33.769.840

13.2. RESERVAS DE CAPITAL

Representado por:

RESERVA DE CAPITAL	2021	2020
RESERVA LEGAL (i)	4.465.737	3.690.042
RESERVA DE RETENÇÃO DE LUCROS	1.156.071	1.155.368
RESERVA DE LUCROS A REALIZAR	84.656.152	69.917.948
TOTAL	90.277.960	74.763.358

13.3. RESERVAS DE LUCROS

Representado por:

LUCROS ACUMULADOS	2021	2020
LUCROS ACUMULADOS	-	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	15.513.899	73.597.840
(-) RESERVA DE RETENÇÃO DE LUCROS	-14.738.204	-69.917.948
(-) RESERVA LEGAL	- 775.695	- 3.679.892
TOTAL	0	-
NUMERO DE AÇÕES /QUOTAS	53.569.840	33.769.840
LUCRO/PREJUÍZO POR AÇÃO /QUOTA	0,00	-

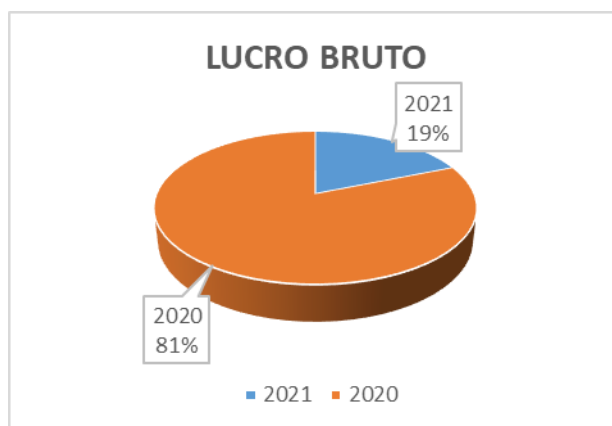
14. LUCRO BRUTO

Apresentamos a seguir a composição da receita líquida e dos custos relacionados às receitas, apresentada na demonstração do resultado.

Representado por:

LUCRO BRUTO	2021	2020
RECEITA BRUTA		
PERMUTAS	17.342.562	74.675.845
DEDUÇÕES DA RECEITA	- 183	-
RECEITA LÍQUIDA	17.342.380	74.675.845
CUSTO DAS VENDAS E SERVIÇOS REALIZADOS	-	-
LUCRO BRUTO	17.342.380	74.675.845

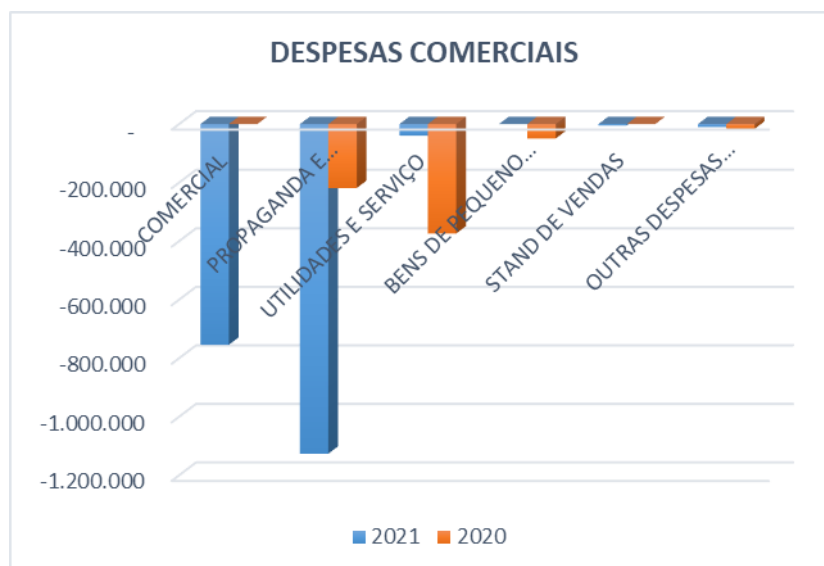
MARGEM BRUTA	2021	2020
RECEITA LÍQUIDA	17.342.380	74.675.845
LUCRO BRUTO	17.342.380	74.675.845
MARGEM BRUTA	100%	100%



15. DESPESAS COM VENDAS

Representado por:

DESPESAS COMERCIAIS	2021	2020
COMERCIAL	- 754.181	-
PROPAGANDA E PUBLICIDADE	- 1.126.158	- 218.377
UTILIDADES E SERVIÇO	- 39.257	- 373.763
BENS DE PEQUENO VALOR	-	- 49.118
STAND DE VENDAS	- 4.863	-
OUTRAS DESPESAS COMERCIAIS	- 9.499	- 15.780
TOTAL	- 1.933.957	- 657.038



16. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Os principais gastos administrativos podem ser assim representados:

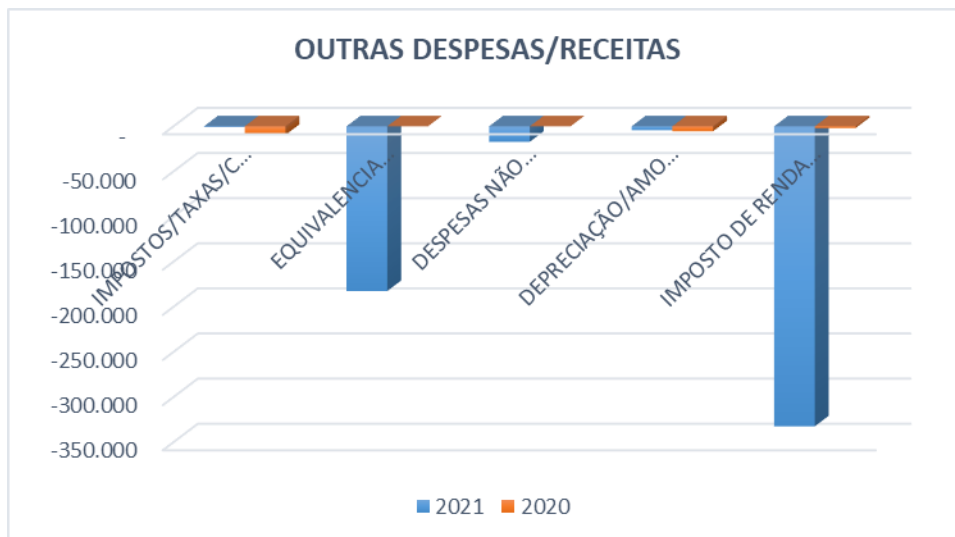
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	2021	2020
DESPESAS COM PRÓ LABORE	- 31.680	-
DESPESAS COM SERVIÇOS	- 90.893	-
MANUTENÇÃO/CONSERVAÇÃO DE BENS MÓVEIS	- 308	-
MATERIAIS DIVERSOS	- 433	-
DESPESAS COM PROCESSOS	- 22.156	-
OUTRAS DESPESAS	49.801	- 233.163
TOTAL	- 95.669	- 233.163



17. OUTRAS DESPESAS / RECEITAS

Representado por:

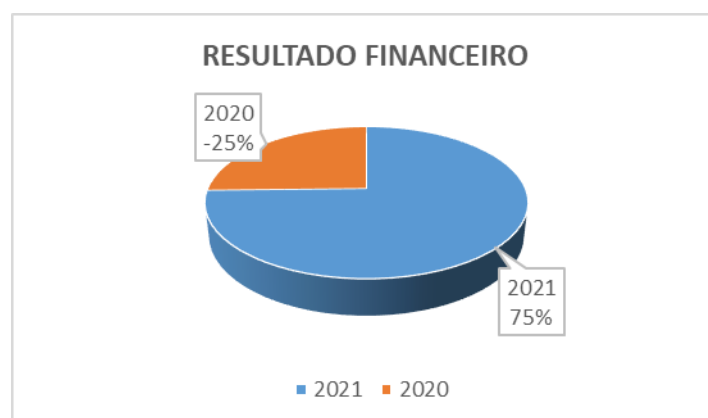
OUTRAS DESPESAS/RECEITAS	2021	2020
IMPOSTOS/TAXAS/CONTRIBUIÇÕES	- 745	- 9.554
EQUIVALENCIA PATRIMONIAL	- 182.502	-
DESPESAS NÃO DEDUTÍVEIS	- 17.181	-
DEPRECIACÃO/AMORTIZACÃO	- 4.288	- 5.489
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	- 332.349	- 1.917
TOTAL	- 537.065	- 16.960



18. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

Os principais gastos e receitas incorridas nos exercícios podem ser apresentados da seguinte forma:

RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	2021	2020
DESPESAS FINANCEIRAS		
JUROS E MULTA DE MORA	- 5.561	- 1.019
IOF	- 27.202	-
DESPESAS BANCÁRIAS	- 177.037	- 3.133
VARIAÇÃO MONETÁRIA PASSIVAS	- 94.906	- 87.943
TOTAL DESPESAS FINANCEIRAS	- 304.707	- 92.095
RECEITAS FINANCEIRAS		
DESCONTOS OBTIDOS	45	-
RENDIMENTO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	806.990	- 78.788
OUTRAS RECEITAS FINANCEIRAS	-	40
TOTAL RECEITAS FINANCEIRAS	807.034	- 78.748
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	502.328	- 170.843



ADMINISTRADORES,

SAUL VERAS BOF

ADMINISTRADOR

CPF: 130.581.180-15

ELLEN HOSS SOUZA

CONTADORA

CRC 102436/RS